

Dívida, inflação, juros: críticas duras ao governo.

O governo vive hoje "uma moratória de overnight: negocia hoje o que tem de pagar no dia seguinte". A afirmação foi feita ontem em Curitiba pelo ex-ministro Karlos Rischbieter. Ao mesmo tempo, em Porto Alegre, o superintendente da Volvo, Tage Karlsson, disse esperar que o próximo pacote traga medidas efetivas para conter os juros e a inflação. Segundo ele, a indústria não pode mais suportar as taxas cobradas pelos bancos. E "não é possível governar um País com 150% ou 200% de inflação".

Karlsson defendeu uma ampla renegociação da dívida externa e o fim da recessão interna, ponderando que a dívida será paga "com trabalho, e não com desemprego e fome". O País precisa de uns 20 anos de prazo para pagar essa dívida de US\$ 90 bilhões, além de juros mais baixos e mais "dois ou três anos de graça".

Advertiu que o protecionismo internacional não deverá tolerar mais incentivos fiscais do tipo Beflex. Se a indústria brasileira não conseguir ganhar competitividade até 1989, para poder abrir mão destes incentivos, "será uma catástrofe".

O empresário defende o fim de todos os subsídios. Mas ironizou que se anuncie a medida para os derivados do petróleo, raciocinando: se o barril está a 28 dólares, o dólar a Cr\$ 500,00, e um barril equivale a 159 litros, o custo do

litro será de Cr\$ 88,00. Como o produto está sendo vendido por um preço muito superior, ele comenta: "Se há subsídio, um juiz que o diga".

Ainda em Porto Alegre, o presidente do Banespa, Luís Carlos Bresser Pereira, também defendeu a renegociação da dívida. Mas advertiu que, para isto, "o governo precisa ter legitimidade, representatividade, pois quando se ameaça com um novo presidente, por mais seis anos, eleito por esse colégio eleitoral, o que se pode esperar é um prolongamento da crise. O fundo do poço está longe".

O secretário da Executiva regional do PDS gaúcho, deputado federal Rubens Ardenghi, pediu a imediata demissão dos responsáveis pela política econômica, chamando-os de "apátridas", "irresponsáveis" e "agentes de interesses externos". Para o parlamentar, "torna-se necessário iniciar um grande movimento nacional em defesa do patrimônio brasileiro e da preservação das nossas instituições, a fim de evitarmos a desnacionalização gradativa dos bens pátios que se vem processando através de comprometimentos assumidos pela troika da área econômica federal e o Fundo Monetário Internacional. Este grupo de apátridas vem destruindo todas as conquistas sociais e econômicas que foram alcançadas pelos nossos revolucionários".